

Dar voz ao _____ silêncio

Comissão Independente para
o Estudo dos Abusos Sexuais de
Crianças na Igreja Católica Portuguesa

RELATÓRIO FINAL

Sumário Executivo

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais de Crianças na Igreja Católica Portuguesa constituiu-se após um convite dirigido a Pedro Strecht, no final de 2021, por parte de D. José Ornelas, presidente da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP). Iniciou os seus trabalhos em janeiro de 2022, definindo o tempo de um ano como prazo de duração dos mesmos, com a apresentação final de um relatório.

A equipa foi escolhida por Pedro Strecht e organizada de forma paritária, multidisciplinar, integrando profissionais de reconhecido mérito e com diferentes percursos de vida: Pedro Strecht (coordenador, médico pedopsiquiatra), Álvaro Laborinho Lúcio (juiz conselheiro jubilado), Ana Nunes de Almeida (socióloga), Catarina Vasconcelos (cineasta), Daniel Sampaio (médico psiquiatra) e Filipa Tavares (assistente social). A Comissão contou ainda com a participação de Vasco Ramos (sociólogo), Ana Sofia Varela (psicóloga clínica) e Catarina Pires (jornalista)

Para o estudo dos Arquivos da Igreja, a Comissão convidou Francisco Azevedo Mendes (historiador), que constituiu autonomamente o Grupo de Investigação Histórica (GIH) com outros três investigadores: Júlia Garraio (especialista em estudos de género), Rita Almeida Carvalho (historiadora) e Sérgio Ribeiro Pinto (historiador).

2. A Comissão assumiu a sua identidade plena como **grupo de estudo**, isto é, como uma equipa de profissionais que se dedicaria à construção do conhecimento sobre o tema dos abusos sexuais de crianças na Igreja Católica durante o tempo determinado, excluindo desde logo funções de entidade judicial em busca de denúncias e alegadas acusações ou, numa outra perspetiva, enquanto equipa de intervenção e apoio na área da saúde mental.

Durante o trabalho, foram estabelecidos inúmeros contactos com estruturas da Igreja Católica e da sociedade civil, com destaque na área da proteção e intervenção em menores ou adultos vítimas. O mesmo ocorreu com as instâncias jurídicas competentes para o efeito, nomeadamente o Ministério Público.

Para a divulgação do apelo ao testemunho, a Comissão contou com a intervenção de órgãos de comunicação social, bem como de outros contactos realizados. Disponibilizou um número de telefone para receber depoimentos, organizou um *site* com um inquérito *online*, facilitou o acesso à receção de informação pelo correio. Criou a possibilidade de entrevistas presenciais.

3. Definiu como **objetivo** o estudo dos abusos sexuais de crianças por membros e/ou colaboradores da Igreja, entre 1950 e 2022, para um melhor conhecimento do passado e adequada ação preventiva e de intervenção futura.

4. Tomando como referência de abuso sexual todos os tipos previstos na lei penal portuguesa, a Comissão fez uma **opção metodológica de fundo**: colocar no centro do seu estudo a pessoa vítima, encorajá-la a testemunhar e dar-lhe voz, tornando-a protagonista de uma experiência traumática que interessava conhecer, caracterizar e

interpretar. Não se tratou, portanto, de uma análise institucional nem se perspetivou trazer para o estudo as experiências ou trajetórias das pessoas abusadoras.

Cruzou-se uma abordagem **qualitativa** e **quantitativa** do tema. Qualitativa, pois através dos testemunhos das vítimas, dos seus relatos individuais (captados ao longo das entrevistas presenciais e da análise dos discursos diretos nas perguntas abertas do inquérito) procurou-se aprofundar e interpretar as experiências singulares do abuso. Entrevistaram-se ainda bispos diocesanos e superiores e superiores gerais de Institutos Religiosos portugueses. Mas também ótica quantitativa, através de uma análise de todo o material resultante da aplicação de um inquérito com perguntas de resposta padronizada, para um tratamento extensivo da informação recolhida (estatística bi e multivariada), construindo-se indicadores numéricos e cruzando-os entre si, tendo em vista a caracterização dos abusos em diversas dimensões.

A Comissão fez ainda uma análise de conteúdo de notícias da imprensa, nacional e local, e, após autorização escrita do Vaticano, o Grupo de Investigação Histórica desenvolveu um estudo exploratório dos arquivos históricos da Igreja portuguesa, quer em todas as dioceses quer em alguns institutos religiosos.

5. Foi aprofundado, a partir de pontos de vista disciplinares distintos, psicopatológico e jurídico (e respetiva revisão literária), o **conceito de abuso sexual de crianças**.

6. Do ponto de vista psicopatológico, o tema dos abusos sexuais de crianças só recentemente teve um olhar centrado no sofrimento da vítima e no seu impacto traumático posterior. Um marco fundamental dessa evolução é a Convenção para os Direitos da Criança (1989), ao estabelecer artigos na defesa do seu «superior interesse».

Os abusos de crianças (menores de 18 anos) são mais comuns do que se pensa. Dados de uma metanálise destacam 18% de prevalência na população feminina e 8% na masculina. Englobam diversas situações atualmente previstas na lei. Em geral, predominam as vítimas raparigas sobre os rapazes, e a idade mais comum do abuso é a pré-adolescente. A maior percentagem acontece de forma continuada, em espaços físicos de socialização da criança, sobretudo na família. São cometidos por abusadores maioritariamente masculinos, muitos fazendo parte do seu universo relacional prévio, contribuindo assim para a sua perpetuação.

Habitualmente, são as vítimas a iniciar o **silenciamento**, por sentimentos de **medo, vergonha** e **culpa**. Os que revelam as situações são uma expressiva minoria. Quando o fazem, não existem quadros anteriores típicos, e concretizam-no junto de pessoas próximas; da atitude destas depende a evolução futura da situação. No momento e durante fases posteriores da vida adulta, é necessário suporte psicológico e/ou psiquiátrico para intervir em diversos quadros clínicos, como as perturbações de ansiedade e do humor depressivo ligadas a situações de *stress* pós-traumático. Não há evidência de que a maior parte das vítimas passe posteriormente à posição de abusador, mas sabe-se que crianças abusadas em estruturas ou instituições fechadas tendem a repeti-lo mais tarde, reproduzindo relações patológicas de poder e hierarquia distorcida sobre outros menores.

O **perfil dos abusadores** é variado. Predominam adultos jovens com estruturas psicopatológicas, agravadas por fatores de risco como o alcoolismo ou o mau controlo de impulsos. Destacam-se as perturbações de personalidade, com facetas socialmente integradas, revelando capacidade de sedução e manipulação. É raro reconhecerem os atos praticados, sem consciência crítica, sendo vulgar darem continuidade aos mesmos. As respostas com sucesso terapêutico são escassas, mas é fundamental ditar o afastamento de cargos ou atividades que impliquem contacto com crianças. No caso de abusadores em contexto religioso, o acompanhamento espiritual, embora muito importante, não é suficiente. É necessária uma intervenção psiquiátrica e psicológica intensiva e duradoura.

7. Do **ponto de vista jurídico** (lei civil e lei canónica), a definição de abusos sexuais de crianças sofreu uma longa evolução histórica. «A criança enquanto sujeito de direito», hoje aceite, não é ainda um dado universal. Resulta de uma forma psicossocial a partir da qual olhamos a pessoa com menos de 18 anos de idade, tratando-a como «criança» e não já como «menor». É daquela que cumpre partir ao encontro do direito.

A **definição de abusos sexuais acolhida pela Comissão** seguiu a previsão do **Código Penal Português** na sua versão atual. Salienta-se, na evolução legislativa verificada entre 1950 e 2022, a revisão daquele diploma ocorrida em 1995, na qual, pela primeira vez entre nós, os crimes sexuais foram tratados como **«crimes contra as pessoas»**, nomeadamente os que, tendo como vítimas crianças, vieram a constituir capítulo autónomo, sob a designação de «crimes contra a autodeterminação sexual».

Abandonava-se, assim, o previsto, primeiro, no Código de 1886, que integrava tais infrações no capítulo dos «crimes contra a honestidade», e, mais recentemente, no Código de 1982, que as passou a qualificar como «crimes contra valores e interesses da vida em sociedade».

Quanto ao **Direito Canónico**, a prática de abusos sexuais por membros do clero era vista inicialmente como «corrupção de jovens», que a instituição previa e punia severamente. Na aproximação ao Concílio Vaticano I (1869, Pio IX), inicia-se uma era de evitamento do domínio público da descrição destes factos, em alegada defesa do bom nome da Igreja. Este ponto inspirou o Direito Canónico nas versões de 1917 e 1983, sendo que esta última foi aprovada em obediência à linha estabelecida no Concílio Vaticano II (1961, João XXIII), em que, a despeito da abertura então verificada, a previsão de abusos sexuais em geral e daqueles outros praticados sobre menores, vem ainda tutelar, por um lado, o «Mandamento Sexto do Decálogo» e, por outro, os «bons costumes», mantendo-se a Igreja como a principal vítima da ação do agente infrator.

Importante foi, pois, a recente posição tomada pelo Papa Francisco. Publicou, entre outros textos, a sua Carta Apostólica sob forma de «Motu Proprio» *Vos Estis Lux Mundi*, na qual, expressamente, escreve que «os crimes de abuso sexual ofendem Nosso Senhor, causam danos físicos, psicológicos e espirituais às vítimas e lesam a comunidade dos fiéis».

Neste domínio, não cabe, nem jamais poderia caber à Comissão, qualquer intuito ou prática de investigação criminal, uma vez que, no modelo português, é o **Ministério Público** (MP) que detém a titularidade exclusiva tanto da ação penal, como da direção da investigação criminal, seja esta executada por si ou por outro órgão de polícia

criminal. Desde o primeiro momento, ficou explícito que seriam remetidas para o MP informações extraídas dos testemunhos que revelassem a prática de crimes deste tipo, praticados em data situada dentro do prazo para o exercício do respetivo procedimento criminal. A Comissão não assumiu, em tais casos, a condição de sujeito processual, mas sim de elemento de ligação entre o testemunho recolhido e a magistratura com competência exclusiva para lhe dar o respetivo tratamento jurídico. Neste âmbito, foram enviados 25 casos para o Ministério Público. Não deve surpreender que nestes casos exista um escasso número de resultados, semelhante, aliás, ao ocorrido em outros países e/ou comissões que realizaram estudos idênticos. A Comissão recebeu um número importante de testemunhos em que constam nomes e locais de alegados abusadores e abusos. Algumas das pessoas neles referenciadas faleceram, outras estão vivas e mantêm as suas funções religiosas. Destas, a Comissão decidiu dar conhecimento ao MP, enquanto, de ambas, foi constituído um anexo a este relatório, a entregar à CEP.

8. Os instrumentos metodológicos usados neste estudo são comuns em Ciências Sociais: o inquérito por questionário e a entrevista. Mas também se procedeu, numa tradição dos estudos da área da História, à análise da documentação de arquivos: no caso e de forma inédita em Portugal, tendo em conta o tema, os da própria Igreja Católica.

9. No início dos trabalhos, foi anunciada a abertura de uma **linha telefónica** para a recolha de contactos e depoimentos a integrar na amostra final, estes até 31 de outubro. O número 917 110 000 funcionou diariamente das 10h00 às 20h00, com registo de mensagens, e foi atendido por membros especializados da Comissão, disponíveis para entender os motivos do contacto, registar depoimentos para um preenchimento acompanhado do inquérito ou orientar para outros serviços e instituições casos que não pertenciam ao âmbito deste trabalho.

Durante o período, registaram-se 365 chamadas telefónicas. O tempo médio de atendimento foi de 50 minutos. Nos primeiros três meses de funcionamento registaram-se 46% dos contactos. Notaram-se picos associados à divulgação do trabalho da Comissão em notícias de canais de televisão. Várias pessoas ligaram mais do que uma vez, acrescentando dados ou solicitando outras respostas. Registou-se um número baixo de chamadas «em branco» ou de «conteúdo desadequado».

Por telefone, marcou-se a quase totalidade de **entrevistas presenciais**: 51, de pessoas de diversas zonas do País. Realizaram-se entrevistas por Zoom quando as vítimas viviam fora de Portugal continental ou quando não lhes era possível a deslocação. Destas 51 pessoas, 34 (23 homens e 11 mulheres) foram vítimas diretas de abuso. Quanto às outras 17, a entrevista serviu para referenciar casos conhecidos e/ou entregar documentação sobre o tema.

Todas as entrevistas foram feitas por dois membros da Comissão, com um tempo previsto de 60 minutos, na maioria dos casos largamente ultrapassado. Adotou-se uma metodologia comum: o início centrava-se no registo de um discurso livre da vítima, passando-se de seguida para um padrão de entrevista semiestruturada, procurando sempre respeitar-se o ritmo de cada pessoa, frequentemente de elevada intensidade emocional.

Em vários casos, foi a primeira vez que as vítimas falaram sobre o sucedido e algumas pediram para se fazerem acompanhar por pessoa próxima.

10. A análise de conteúdo da imprensa foi considerada uma área importante para o estudo. Sendo que o arco temporal em causa era o de 1950-2022, existiram diferenças na visibilidade do tema, ligadas à ocorrência de mudanças sociais, culturais e políticas. O facto de haver censura em Portugal até 1974, limitou em muito a publicação de notícias sobre abusos sexuais de crianças por parte da Igreja Católica, pelo que a análise acabou por recair sobretudo no pós-25 de Abril.

Procedeu-se a uma pesquisa *online* do tema a partir de palavras-chave. Depois, as mesmas palavras foram procuradas numa amostra de jornais, nacionais e regionais, atendendo ao seu tempo de existência, cobertura, relevância regional e nacional. Por último, foram realizadas pesquisas em arquivos físicos de órgãos de comunicação que já se encontram digitalizados e são de fácil acesso. Foi nítida uma evolução na abordagem do tema, quase sempre ligada a factos que se tornaram públicos por processos judiciais ou quando a atividade de jornalismo de investigação levou à revelação de certas situações desconhecidas. Da pesquisa resultaram registos de 19 casos.

O papel da **comunicação social** definiu-se como fundamental para a divulgação do apelo ao testemunho e informação e divulgação do tema, bem como na investigação de casos específicos junto da sociedade civil.

11. Foi colocado *online*, no site «darvozaosilencio.org», um **inquérito por questionário**, garantindo o anonimato de quem o preenchesse enquanto vítima. O inquérito é uma técnica que permite a recolha e o tratamento de informação sobre características, comportamentos ou valores e opiniões de grandes populações ou grupos representados numa amostra. Pretendia-se reconstruir o perfil das pessoas abusadas, o abuso e o contexto em que ocorre, o impacto na pessoa vítima, bem como o perfil das pessoas abusadoras. Para além disso, desejava-se recolher opiniões sobre medidas a adotar no futuro, pela Igreja Católica portuguesa, relativamente ao tema.

Dentro do inquérito combinou-se uma modalidade tipicamente quantitativa (escolha múltipla padronizada, filtros binários SIM/NÃO que permitem um tratamento estatístico imediato) com uma abordagem mais qualitativa e personalizada (cujo resultado são discursos diretos, de escrita livre, sem formato ou conteúdo prévios, que mais tarde seriam objeto de uma exaustiva análise de conteúdo). O inquérito não continha quaisquer perguntas sobre a identidade (nome, morada, contacto) da pessoa vítima ou sobre a identidade da pessoa abusadora.

O inquérito foi visionado 2771 vezes e preenchido com o testemunho de 564 pessoas. O tempo médio registado em cada foi de 22 minutos. Foram validados 512 depoimentos de pessoas vítimas. O guião foi construído com uma linguagem inclusiva, clara, simples, realista e respeitadora da capacidade ou necessidade de cada qual reportar tão-só e apenas o que entendesse revelar.

Seguindo uma lógica temporal evolutiva, o **guião** contemplava dois momentos distintos da vida do entrevistado. De um tempo presente, solicitava-se informação de natureza sociográfica sobre a pessoa vítima (ex.: género, ano de nascimento, local de residência, profissão, nível de escolaridade, religião e prática religiosa, grupo doméstico

de residência); e ainda sobre a sua família de origem. De um tempo passado, solicitava-se à pessoa para recuar ao momento da infância e adolescência em que foi abusada e nos desse um conjunto detalhado de informações sobre o seu contexto de vida na altura, a modalidade de abuso que sofrera e a pessoa agressora que o praticara.

12. Para a **validação** cuidada dos testemunhos, procurou-se a sua consistência narrativa e a triagem de falsas informações, excluindo casos que correspondessem a categorias de idade fora do estipulado, discursos de distorção da memória traumática ou mesmo a confabulações sobre a realidade.

13. Obteve-se uma **amostra** descrita como uma «*respondent-driven sample*», particularmente adequada para entrar progressivamente em populações «escondidas» ou silenciadas.

O facto de ser um inquérito *online* implicava o domínio de competências digitais por parte da pessoa que responde, as quais estão desigualmente distribuídas na população portuguesa. Os mais idosos, os menos escolarizados, os trabalhadores manuais, encontram-se em clara desvantagem face aos mais jovens, os possuidores de frequência de ensino superior ou aqueles que, diariamente e até por motivos profissionais, trabalham com computador e Internet. Preencher um inquérito implica uma familiaridade com um tipo de racionalidade tanto lógica como abstrata, o que pode excluir franjas de população. Para além de limitações que se prendem com a técnica e a plataforma digital, há que contar com uma distribuição muito desigual do poder de manter ativa uma certa atitude de «tomada de palavra». **Da amostra não podem, assim, fazer-se quaisquer extrapolações para o universo em geral**, na medida em que não é igual a probabilidade de cada pessoa abusada na Igreja Católica pertencer à amostra, bem como nesta não se reproduzem as características sociodemográficas do universo.

14. Embora o centro de gravidade da análise desta Comissão fosse a pessoa vítima de abuso sexual na infância e adolescência, pareceu-nos importante ouvir, através de entrevistas, **os atuais líderes da Igreja Católica portuguesa** (bispos no ativo, superiores e superiores gerais de Institutos Religiosos). Falando a partir da sua posição cimeira na instituição, eram informadores privilegiados sobre o tema em análise, desde logo porque foi graças à sua iniciativa que, na prática, este Estudo foi encomendado.

Tornou-se interessante reconstituir as suas histórias de vida, moldadas pelo tecido social e cultural envolvente. O conhecimento dos seus contextos de partida pareceu-nos uma peça preciosa para entender o modo como exercem e como pensam hoje o seu papel dentro da Igreja Católica. Desde cedo nos apercebemos, aliás, de que esta não falava, implícita ou explicitamente, a uma só voz e essa **pluralidade interna** merecia ser aprofundada.

As entrevistas duravam, em média, uma hora e foram todas realizadas (com exceção de uma, por imprevisto) por dois membros da Comissão — a esmagadora maioria delas por duas mulheres. O guião da entrevista era propositadamente aberto e pouco diretivo. Foi realizado um total de 32 entrevistas (19 bispos, 13 superiores e superiores gerais).

15. Uma outra frente de trabalho consistiu no estudo exploratório dos **arquivos históricos da Igreja**. Pela primeira vez, um grupo de cientistas sociais, o Grupo de Investigação Histórica (GIH), teve acesso aos arquivos das dioceses e institutos religiosos portugueses com a finalidade de analisar documentos que indicassem situações de abuso sexual de crianças entre 1950 e 2022.

O estudo implicou a consulta de várias séries documentais e com graus diferentes de confidencialidade: documentos institucionais, como as fichas com as nomeações de párocos, documentação mais reservada como a correspondência eclesiástica, as investigações prévias e os processos administrativos penais. Alguma desta documentação encontra-se nos arquivos secretos das dioceses e institutos. Realizou-se um primeiro mapeamento da estrutura (variável) dos arquivos eclesiásticos com o objetivo de identificar onde se poderiam encontrar indícios e provas de abusos sexuais. Para além do arquivo secreto — onde as investigações prévias e os processos administrativos penais são guardados —, a prioridade foi dada aos processos individuais do clero e à correspondência eclesiástica.

O acesso do GIH a documentação com um tal grau de sigilo foi discutido e acordado previamente entre as hierarquias católicas e entre estas e o GIH. A carta do secretário de Estado do Vaticano, cardeal Pietro Parolin, de 9 de junho de 2022, permitiu agilizar a abertura dos arquivos eclesiásticos portugueses ao GIH.

A partir de junho de 2022, o GIH iniciou contactos com os bispos diocesanos e os superiores dos institutos, com vista à deslocação da equipa aos arquivos, apresentando as suas notas metodológicas, validadas pelo Vaticano. Foram assinados acordos de confidencialidade, comprometendo-se o GIH a anonimizar toda a informação recolhida na documentação.

Uma primeira etapa do **processo de pesquisa** consistiu no pedido, às 21 dioceses e aos 127 institutos religiosos membros da CIRP (Confederação dos Institutos Religiosos de Portugal), da realização de um levantamento de casos de abuso sexual de crianças nos respetivos arquivos entre 1950 e 2022. Todos os bispos e institutos responderam ao inquérito. Numa segunda fase, o GIH deslocou-se aos arquivos com vista à consulta da documentação relativa aos casos identificados pelas dioceses e institutos. Foi consultada, também, documentação referente a eclesiásticos sobre os quais tinha obtido, por outras vias, indícios de eventuais abusos sexuais (ex.: testemunhos recebidos pela Comissão e imprensa). Foram sistematicamente localizados esses testemunhos no quadro eclesiástico, identificando as dioceses e os institutos envolvidos. Em certos arquivos, o GIH fez pesquisas aleatórias pontuais ou sistemáticas. Em alguns casos, não existiam verdadeiros processos individuais de sacerdotes que reunissem toda a documentação a seu respeito, mas apenas copiadores de correspondência expedida e correspondência recebida arquivada cronologicamente, cuja dimensão (centenas de *dossiers*) tornou impossível uma análise aprofundada no prazo estabelecido para a entrega do presente relatório.

Embora o GIH tenha sido mandatado pela Comissão Independente para iniciar a pesquisa a partir de 29 de março de 2022, o debate interno por parte da Igreja Católica portuguesa relativamente às modalidades de abertura dos seus arquivos levou a que o contacto do GIH com a documentação só se tenha iniciado a partir do início de outubro. Deste modo, o GIH realizou apenas uma primeira abordagem arquivística a um fenómeno pouco estudado em Portugal. Mesmo assim, este estudo de carácter

exploratório permitiu gerar conhecimento significativo sobre o tema e certamente irá abrir caminho para investigações futuras com um maior alcance, profundidade e grau de sistematização.

16. No decorrer do estudo, surgiram vários **dilemas éticos**, debatidos e tratados em equipa. Do ponto de vista médico e psicológico, como no da área jurídica, a Comissão garantiu sempre o anonimato das vítimas — tanto no sigilo na transmissão de informação ao Ministério Público (nos casos não prescritos), como nos contactos com a comunicação social, na articulação com a CEP ou na consulta de arquivos da Igreja. A base de dados dos testemunhos ficou blindada ao exterior.

Eis alguns dilemas com que a Comissão se confrontou: a sua isenção e «independência», assegurada pelas competências profissionais e científicas dos seus membros, e afirmação de autonomia face a qualquer forma de poder, incluindo o da Igreja, que solicitou o estudo; o impacto das notícias nas vítimas, tanto nas que ousaram falar como nas que escolheram manter-se em silêncio, pois a evocação do tema produz uma revisitação do trauma; a questão dos «números» de pessoas abusadas/abusadoras, contornada através da distinção de diferentes patamares; a relação com a comunicação social; a importância de fazer passar publicamente a mensagem de distinção entre a parte (os membros da Igreja abusadores) e o todo (a Igreja Católica portuguesa).

17. Foi portanto a partir de 512 testemunhos que se realizou a **análise estatística da base de dados resultante da amostra**, bem como a interpretação das narrativas decorrentes das perguntas abertas.

Apurou-se que predomina o género masculino, num total de 57,2% dos casos, sobre 42,2% do feminino (o que, numa ótica comparativa com estudos similares, é uma percentagem muito alta); a idade atual média desta população é de 52,4 anos; 88,5% das vítimas vivem em território nacional, mas chegaram também testemunhos de pessoas que vivem agora na Europa Ocidental, continentes americano e africano; em Portugal, os cinco distritos com mais depoentes são, por ordem decrescente: Lisboa, Porto, Braga, Setúbal e Leiria; 53% da população participante é católica, 25,8% de praticantes; 40,9% são casados e 60% têm filhos (média de 1,99 por casal); 32,4% dos respondentes são licenciados, 12,9% possuem mestrado; as profissões dominantes são as de «especialistas de áreas intelectuais e científicas», o que comprova a natureza enviesada da amostra.

Ao tempo do primeiro abuso, 58,6% das crianças vítimas residiam com os pais, sendo que a esmagadora maioria vivia em núcleos familiares de «casal com filhos» (54,9%); cerca de 1 em cada 5 vítimas vivia num contexto institucional e 7,8% em arranjos monoparentais.

A maior percentagem de crianças foi abusada entre os 10 e os 14 anos de idade, sendo a média de 11,2 anos. Há diferenças entre raparigas e rapazes: 11,7 anos *vs.* 10,5 anos.

No tempo, o maior número de abusos sexuais situa-se no intervalo entre o início da década de 1960 e 1990, em que estão referenciados 58,3% dos testemunhos. De 1991 até hoje, concentram-se 21,9% das situações. Ao longo das décadas existe um aumento da idade da primeira situação de abuso.

Quanto ao local geográfico onde ocorreu o primeiro episódio de abuso, encontra-se uma significativa dispersão por 129 dos 308 concelhos do País. Os distritos com maior número de ocorrências, em ordem decrescente, são: Lisboa, Porto, Braga, Santarém e Aveiro.

À data do abuso, a maior parte das vítimas estudava (88,1%) e frequentava o 1.º e o 2.º ciclos (58,5% dos casos).

Predominam as modalidades com manipulação de órgãos sexuais, masturbação, sexo oral e sexo anal, bem como cópula completa.

A modalidade de abuso varia entre géneros, destacando-se o predomínio dos casos de abuso envolvendo sexo anal, a manipulação de órgãos sexuais e a masturbação em rapazes e dos casos de insinuação em raparigas.

Ao longo das décadas, há aumento das formas de abuso que implicam a masturbação e o sexo oral, bem como o visionamento e pornografia infantil.

Quanto aos locais mais comuns de abuso, destacam-se por ordem decrescente: seminários (23% dos casos), igreja sem outra especificação (18,8%), confessionário (14,3%), casa paroquial (12,9%) e escola religiosa (6,9%). Ao longo das décadas existe um declínio dos seminários enquanto local preferencial; surgem picos de casos em locais externos à igreja, como nos agrupamentos de escuteiros, entre os anos de 1991 e 2010.

Quanto à frequência dos abusos, em 57,2% dos depoimentos estes ocorrem mais do que uma vez. «Mais do que um ano» foi o tempo de duração referido por 27,5% dos respondentes: os abusos são múltiplos e continuados. O seu final é descrito como ocorrendo por «afastamento da vítima» do local e/ou da pessoa em causa (31,6%), seguindo-se a referência a «maior capacidade de defesa física e psicológica» da vítima em 31,4% das situações.

No perfil da pessoa abusadora, existem destaques: em 96,9% dos testemunhos é do género masculino, em 77% dos testemunhos é referida com o estatuto de «Padre» e em 46,7% das situações aquela já era anteriormente conhecida da vítima.

Há uma relação entre a idade dos abusadores, as modalidades de abuso e os locais onde o mesmo tem lugar. Os abusadores mais jovens, com maior frequência, praticam abusos com recurso à penetração e em espaços isolados/de retiro. Quando os abusadores são de meia-idade, há uma maior diversidade tanto nas modalidades do abuso, como nos contextos onde o mesmo ocorre. Em idades mais avançadas, predominam as modalidades de abuso sem toque no corpo e no espaço do confessionário ou da igreja.

No tempo que se sucedeu ao abuso, 51,8% dos inquiridos afirmam que revelaram mais tarde a situação, e em 48,2% dos casos a participação neste estudo constituiu a primeira vez em que a situação é descrita a outrem.

O abuso foi revelado sobretudo em meio familiar (51,7%). Os rapazes tendem a contar ao cônjuge e a amigos; as raparigas aos ascendentes, em especial às mães. Em 54% das situações, a revelação só surgiu em idade adulta (maiores de 18 anos) e mais cedo no grupo das raparigas. A idade de revelação tem vindo a diminuir ao longo das décadas.

A reação dos outros perante a revelação foi a de «acreditarem» em 56,2% dos casos, embora com maior expressão quando a vítima já era adulta e/ou pertencia ao sexo feminino. No tempo posterior ao abuso, nota-se a ausência de resposta externa: em

65,8% dos depoimentos, nenhuma medida foi tomada para afastar o abusador, 77% das vítimas nunca apresentaram queixa a pessoas ou estruturas da própria Igreja e só 4,3% formalizaram queixa em tribunal.

Em 58,5% dos casos, as vítimas referem ter conhecimento de outras situações de abuso, embora com graus muito variáveis de precisão e rigor. Numa estimativa grosseira, por defeito, calculamos que as 512 pessoas vítimas conheçam ou tenham estado em contacto com perto de 4300 outras vítimas.

18. Num segundo momento, e através de uma **análise estatística multivariada (análise de correspondências, AC)**, procurou-se identificar e caracterizar os padrões de associação entre o local onde ocorreram os abusos, as modalidades de abuso, as características e papéis dos abusadores e as características das pessoas vítimas. Esta análise permitiu identificar três eixos que explicam acima de 80% da variância das variáveis originais, sendo que nos concentrámos na explicação dos dois primeiros. Permitiu, ainda, desenhar uma **cartografia espacial dos abusos**.

O **primeiro eixo** (na horizontal) explica perto de 53% da variância e surge claramente associado a um contraste entre os **espaços da ação ou errância quotidianas dos sacerdotes** e os **espaços de retiro, reclusão, isolamento e dormida das crianças**. Assim, este eixo tem como lugares prototípicos as situações de abuso ocorridas em confessionário, que contrastam, em absoluto, com os abusos infligidos em seminários, colégios religiosos com internato ou instituições de acolhimento, bem como os abusos ocorridos em locais associados às atividades dos escuteiros (acampamentos, etc.). A distribuição das modalidades de abuso não é alheia às **características físicas dos espaços**: o eixo contrapõe as modalidades de abuso mais violentas, sejam o sexo anal ou o sexo oral, bem como a masturbação, práticas em geral mais demoradas e mais difíceis de dissimular, às modalidades mais fugazes e fáceis de camuflar, ainda que não menos invasivas, sejam elas o toque em zonas erógenas ou o sugestionamento.

O contraste entre estes dois polos também se relaciona com as **características e estatutos(s) do(s) abusador(es)**, em particular a sua **idade**: encontram-se os mais jovens (com idades até 20 anos) junto ao polo que corresponde aos espaços de retiro, e os mais velhos no polo dos espaços de errância sacerdotal. E ainda, com o **género** das pessoas vítimas. As modalidades que incluem alguma forma de penetração física (sexo anal, sexo oral) associam-se tipicamente às do sexo masculino e aos espaços de retiro, enquanto as modalidades de abuso com toque de zona erógena ou por insinuação estão associadas às raparigas e aos espaços e percursos de errância quotidiana dos sacerdotes.

O **segundo eixo** explica perto de 21% da variância das variáveis. Contrasta as **situações de abuso ocorridas em espaços coletivos com abertura à comunidade** (de que o exemplo mais paradigmático são os colégios católicos), com **situações ocorridas nos espaços privativos do abusador** (a casa paroquial, a casa de férias, o carro). No que diz respeito a pessoas abusadoras, este eixo estabelece um contraste entre as situações em que aquelas são membros consagrados de ordens religiosas ou educadores, como no caso de **professores** ou **diretores de instituições de ensino**, e aquelas em que os abusadores são **chefes de grupos de escuteiros**. É importante referir que o segundo eixo também contrasta claramente as **idades das vítimas**, sobretudo no caso dos rapazes, aparecendo os mais jovens associados a

abusadores mais jovens, membros consagrados de ordens religiosas e/ou educadores, enquanto as vítimas com idades acima dos 14 anos aparecem associadas a escuteiros e a colaboradores do clero.

Atrás de cada número, há uma vida e uma experiência concreta que, embora partilhe elementos com tantas outras histórias, tem aspetos singulares, únicos e irrepetíveis. Partindo dos lugares onde ocorreram os abusos, procurámos depois dar voz à diversidade de situações, seja em termos do género das vítimas, da década em que ocorreram os abusos ou da desigualdade socioeconómica entre famílias de origem. São os **abusos contados na primeira pessoa**.

Seguindo os eixos da cartografia, construiu-se assim uma **galeria de quarenta e nove retratos**, estruturados em torno dos **sete espaços** de abuso identificados, partindo de narrativas concretas que chegaram à Comissão.

19. Foi realizada uma **análise de conteúdo temática** às respostas dadas às **perguntas abertas** do inquérito.

O inquérito dava voz direta às vítimas sobre circunstâncias envolvendo o abuso: em que se traduzia a aproximação da pessoa abusadora (o que lhe dizia antes, durante e após o abuso), as suas consequências físicas, psíquicas, na relação com a Igreja (crença, práticas e fé), registando-se ainda a opinião de cada uma delas sobre o que poderia a Igreja fazer para evitar e reparar o sucedido. Perguntava-se ainda se gostaria de acrescentar algum outro detalhe ao que descrevera e procurou-se compreender por que razão cada pessoa decidiu dar agora o seu testemunho.

Não foi fácil escutar, registar ou ler cada um destes textos. As descrições eram emocionalmente intensas, transportavam a voz destes adultos para a sua experiência infantil de abuso e a forma como o mesmo os marcou até aos dias de hoje.

Muito menos foi simples, de entre tantos casos possíveis, proceder à escolha dos exemplos a apresentar e estruturá-los em grupos consistentes. Seguiram-se critérios como a representatividade estatística do descrito na amostra, a singularidade do depoimento, a intensidade emocional do registo, a diversidade de género, grupo etário, classe social, década do abuso, modalidade de abuso, entre outros.

20. «Por que razão deu agora o seu testemunho?»

As respostas contemplaram os seguintes razões: a criação de uma comissão independente e externa à Igreja, com profissionais reconhecidos que transmitiam «confiança»; as notícias que surgiam nos órgãos de comunicação social, sobretudo a televisão; a relação da vítima com a Igreja Católica portuguesa, quer numa ótica de «retaliação impulsiva» quer de «colaboração compreensiva»; o papel direto dos «outros significativos»; ajudar as outras pessoas; participar num estudo científico; uma oportunidade única e um imperativo ético; vencer o medo e a culpa, «os fantasmas» que perseguem, «*desabafar*» e «*sentir-se mais livre*»; o anonimato, a acessibilidade da plataforma *online*; perceber que, afinal, «*não era a única vítima*»; o resultado de um acompanhamento psicoterapêutico; a morte da pessoa abusadora ou de familiares associados ao caso; só agora compreender que o que sucedeu na infância foi um abuso sexual.

21. Apesar de centrado na pessoa vítima, através do inquérito conseguimos também «**ouvir falar**» a **pessoa abusadora**. A propósito do tema da aproximação à vítima, retirámo-la do seu silêncio e demos-lhe voz através da narrativa da pessoa que responde. O que lhe dizia para abusar de si?

Foram registados muitos testemunhos em que antes, durante e após o abuso sexual, existiram **formas de abuso e maus-tratos emocionais** a vítimas, contidos nas próprias palavras que lhes eram dirigidas pelo abusador, com implicações na facilitação do abuso sexual e a sua continuidade; no silenciamento por parte da vítima; na impunidade da pessoa agressora e a culpabilização da vítima ou na distorção da imagem individual ou de relação de si própria; no impacto traumático do abuso, quando aconteceu, tal como nas consequências posteriores.

22. «O que lhe dizia a pessoa abusadora para se aproximar de si?»

Muitos inquiridos responderam «**Nada**». Aparentemente redutor, este «*Nada*» é bem revelador da perceção do «direito/poder» que o adulto sente em relação à criança sobre a qual age sem que nada lhe seja devido verbalizar. O «nada» demonstra ainda a sua proximidade silenciosa, não comunicada, também ela desde logo incomunicável por parte da criança que a sofre. E é um «nada» que assenta numa estrutura de poder e de domínio do adulto sobre ela.

Outros testemunhos revelam modos como o adulto tenta criar vínculos de apoio e suporte à vítima e/ou à sua família próxima, **manipulando** a sua perceção dessas **fragilidades**: emocionais, escolares, familiares, económicas e ainda espirituais/religiosas como ponto de partida para o abuso. A transmissão da ideia da necessidade de uma «purificação» é também comum. Noutros, a vítima é induzida para determinadas experiências que, tendo uma conotação positiva (atividades de lazer externas, férias), se transformam no palco do abuso, aumentando o registo de distorção e confusão consolidado pela própria criança. Surgem ainda relatos em que a aproximação é centrada numa sedução de características pessoais da vítima, nomeadamente físicas e não raramente as genitais ou respeitantes a certos caracteres sexuais secundários.

Existe pois um clima antecipatório, progressivo, raramente sob ameaça ou coação física, em que o abusador faz uso da sua proximidade com a criança e/ou sua família (inúmeras vezes é «um dos nossos») para a seduzir e concretizar posteriormente o abuso, bem como para o continuar.

23. «O que lhe dizia durante o abuso?»

A invocação verbal do que surgia como um «**desígnio divino**» e a consequente necessidade de o mesmo ter de ser cumprido era um argumento recorrente. Sendo as pessoas abusadoras vistas como símbolos de um certo estatuto, bem como portadoras de um poder não apenas divino, mas também social e cultural em determinados meios locais, as palavras utilizadas na dominação da criança tomam a forma de **imperativos**, ordens e regras inquestionáveis: «*mandava fazer o que queria*».

Dos testemunhos ressalta ainda o facto de o abusador tentar neutralizar o aspeto patológico e criminoso do ato, **normalizando-o** diante da criança, dando-lhe um falso

significado ou negando o seu acontecimento, projetando para outro, incluindo a figura ou a vontade de Deus, a sua hipotética causa e concretização. Noutras, **o abuso é imputado à criança** como sendo, afinal, uma vontade sua, algo que deseja ou que vai valorizar positivamente no futuro. Por fim, uma parte significativa dos testemunhos demonstram como alguns abusos se escudam na transmissão de supostos **ensinamentos** «científicos» e didáticos acerca do corpo humano (ex.: o funcionamento dos órgãos sexuais).

24. «O que lhe dizia depois do abuso?»

Na maioria dos casos, as vítimas sublinharam que, após o abuso ter ocorrido, lhes era expressamente pedido ou dada a **ordem de «segredo»**, sendo comum que a pessoa abusadora recorresse, por vezes, a diversas formas de chantagem sobre a criança, por exemplo a ameaça de divulgação do seu comportamento a outros membros da família ou amigos. O desprezo e humilhação, ridicularizando-a na sua sempre mais frágil relação com o adulto, aumentam os sentimentos de solidão e abandono. Há ainda situações que surgem nestes registos, oscilando entre um agir com aparente neutralidade e outras em que surge o convite ou a obrigatoriedade para a repetição dos crimes de abuso sexual. Os depoimentos testemunham o clima emocional de terror, de uma verdadeira atitude de **«banalidade do mal»**.

25. «Dava-lhe recompensas ou castigos?»

Apenas uma minoria de pessoas da amostra refere ter havido recompensas ou castigos após o abuso, estes muitas vezes anunciados sob a forma de ameaça física ou psíquica, quer à vítima quer a pessoas da sua ligação próxima e sentidas como elos frágeis (mãe, irmãos, por exemplo). Quanto a recompensas, distinguem-se situações-padrão: benefícios financeiros para a família desfavorecida (comida, livros, roupa); uns «trocos» ou «moedas», pequenos contributos financeiros; guloseimas ou doçarias (pequenos excessos cobiçados por crianças que vivem quotidianos de grande privação); objetos relacionados com a própria simbologia religiosa católica, tais como santos e medalhas.

26. As respostas às **consequências físicas do abuso** estão ausentes em 55,9% dos casos, em parte porque na amostra as situações de sexo anal e de cópula consumada não são a maioria, embora as primeiras existam de forma mais marcada nos rapazes e ligadas a espaços fisicamente fechados como seminários, colégios internos ou instituições de acolhimento.

Quase metade dos inquiridos nega a existência de consequências físicas, mas 21,6% dos casos reportam-nas. Destas, verifica-se que grande parte tem origem emocional, fazendo parte de **patologia psicossomática**: perturbações de ansiedade e do humor (depressivo) implicando alterações do sono, do padrão alimentar, da imagem do corpo e da vivência da própria sexualidade. Há ainda depoimentos em que são reportadas **lesões físicas** em estruturas do corpo, ligadas a situações de penetração por sexo anal e cópula, sendo que a maioria nunca foi revelada pelas vítimas.

Na amostra obtida, em casos descritos na imprensa ou obtidos por testemunho de outrem (familiar, por exemplo), surge um número elevado de casos que terminaram em **suicídio** consumado, num total de sete.

27. Ao contrário do que se refere quanto às consequências físicas do abuso, no que diz respeito ao **impacto psicológico** verifica-se nesta amostra que uma imensa maioria das pessoas respondeu afirmativamente, descrevendo a intensidade da qualidade negativa das mesmas com bastante detalhe e quase sempre reportando-as a um carácter permanente, isto é, prolongando-se até aos dias de hoje, mesmo quando sobre elas existe alguma oscilação temporal.

As respostas abertas organizam-se em **cinco grandes grupos**. No primeiro, encontramos os testemunhos que sublinham, sobretudo, a presença, multiplicidade, intensidade sintomatológica e duração temporal desses impactos. Um segundo grupo foca a sua resposta em sentimentos de medo, culpa, vergonha, nojo, humilhação, confusão, desconfiança e insegurança, revolta e solidão. Num terceiro grupo, denunciam-se perturbações de ansiedade (angústia e pânico, fobias, alguns transtornos obsessivo-compulsivos) e do humor, na linha depressiva e suas respetivas consequências (por exemplo, perturbações alimentares, do sono, comportamentos autoagressivos e tentativas de suicídio, com internamento hospitalar). Num quarto conjunto de testemunhos sublinham-se impactos na vivência da sexualidade: o abuso veio desencadear dúvidas sobre a orientação sexual, atrasou ou impossibilitou o início da vida sexual com outros parceiros ou, mesmo, inviabilizou a construção de relações afetivas duradouras ou gratificantes. Muitas das vítimas evocaram, ainda, a necessidade que sentiram de procurar, em determinada fase da sua vida, apoio especializado, em consultas de psicologia ou de psiquiatria, com recurso recorrente a medicação psicofarmacológica.

As respostas confirmam, no geral, o que é comum encontrar nas referências bibliográficas sobre o impacto deste tipo de trauma não só na criança vítima, como no adulto em que posteriormente ela se torna. **Nenhum abuso sexual deixa uma criança emocionalmente indiferente.** A sua marca existe sempre, mesmo quando negada, controlada pelo próprio. O sofrimento vivido é não só pressentido como grave, como raramente é revelado em tempo devido, arrastando-se num silêncio de décadas, em muitos casos até à atualidade e ainda na perspetiva negativa da sua continuidade futura.

28. No que respeita ao impacto na **relação posterior com a Igreja**, sabemos que a maioria dos testemunhos corresponde a vítimas que, enquanto crianças, se descreviam como religiosas e praticantes, no seu ambiente familiar e social. Decorrendo nesse contexto e perpetrado por pessoas da Igreja, existiu o desenvolvimento posterior de uma «desconfiança básica» que ainda persiste hoje e, em bastantes casos, perdura através de movimentos de proteção da geração seguinte, os filhos e/ou os netos.

Num primeiro grupo, mais expressivo, as pessoas revelaram um corte com a instituição Igreja e o abandono total ou parcial de práticas religiosas, embora permaneçam católicas, expressando a sua fé através de outras formas. O estudo evidencia o facto de a Igreja ter perdido fiéis como consequência direta da existência de abusos

sexuais de crianças praticados pelos seus membros. O mesmo tem efeito extensivo a outros que, não diretamente abusados, se solidarizam com o sofrimento das vítimas diretas. Num segundo grupo, constam os relatos de vítimas que fizeram uma distinção entre a pessoa abusadora e a instituição Igreja, diferenciando assim a «parte» do «todo» e, embora com crítica ativa, prosseguiram católicos e praticantes. Há um último grupo que cortou definitivamente com o sentido de crença e fé, tornando-se agnóstico ou ateu.

29. «O que poderia fazer a Igreja para evitar o sucedido?»

A quase totalidade da amostra respondeu a esta pergunta aberta. Há diversas sugestões registadas, destacando-se as ligadas à questão da sexualidade do clero, do seu conhecimento, prática e respeito integrador por parte da Igreja Católica. Predominam os comentários que indicam a necessidade da formação e supervisão dos seus membros, facultadas por profissionais creditados e externos às estruturas em causa. Muitos referem a necessidade de eliminar o celibato obrigatório, de respeitar a livre orientação sexual e/ou vivência de uma sexualidade ativa, a integração e participação das mulheres em práticas religiosas e na hierarquia da Igreja, a extinção de certos modelos de relação com os crentes, como as confissões em espaços físicos fechados.

Em número significativo, surgem opiniões ligadas a atitudes mais punitivas sobre os agressores, incluindo a castração física ou química obrigatória e ainda mudanças legislativas mais duras, que consideram não só como necessárias, mas adequadas: mudança da moldura penal, aumento de penas ou de prazos de prescrição destes crimes.

Por último, existe um grupo de respostas que pede uma mais célere intervenção judicial, quer ao abrigo da Lei canónica quer ao abrigo da Lei penal. É opinião significativa a lentidão de respostas jurídicas e a sua posterior implementação: surge referido um sentimento de «impunidade» e/ou «proteção» da pessoa abusadora por parte da Igreja ou do próprio Estado.

30. «O que poderia fazer a Igreja para reparar o sucedido?»

O número maioritário dos inquiridos responde pela negativa: **sobre o sucedido não há reparação possível para as vítimas**. Nota-se, contudo, uma expectativa referida em muitos testemunhos: a necessidade de apoio psicológico/psiquiátrico atual e futuro.

A mais expressiva percentagem de respostas refere-se a um pedido público de desculpa por parte da Igreja Católica portuguesa em relação às vítimas de abuso sexual praticado pelos seus membros, a que acrescentam o desejo de compromisso de respostas futuras de prevenção e intervenção adequadas.

31. As entrevistas realizadas a todos os bispos diocesanos no ativo (com exceção de um) e a superiores e superiores gerais de alguns institutos religiosos deslocaram o olhar em profundidade, de um universo amplo de pessoas vítimas de abuso sexual enquanto crianças e jovens, para o topo da hierarquia da instituição que tutelava as pessoas abusadoras.

Desde logo, **um contraste** importante: o fluxo, a intensidade e gravidade dos sinais dados pelas pessoas vítimas não encontraram tradução nos testemunhos desta

elite. Posição defensiva face ao risco de eventuais suspeitas e acusações de ocultação? Ilustração de clericalismo e da prioridade concedida, antes de tudo, à defesa da reputação da instituição? São perguntas em aberto. Mas talvez a estas se junte outro fator: a criação da Comissão, a visibilidade pública do problema, o crescendo de notícias sobre casos de «pedofilia na Igreja» gerou, a partir de um certo momento, um processo de constatação irreversível e irrefutável do problema junto da sua hierarquia.

Em que famílias crescem e encontram a fé estes e estas dirigentes? Que trajetória formativa os/as marca? Como caracterizam as dioceses que tutelam ou a ação da sua congregação? Qual o seu entendimento da relevância do problema dos abusos sexuais na Igreja Católica portuguesa? Que experiência possuem de contacto direto com casos de abusos sexuais de menores praticados por pessoas, consagradas ou leigas, ligadas à Igreja Católica portuguesa? O que pensavam, no momento da entrevista, do trabalho da Comissão Independente? Estas eram as **perguntas** que estruturavam o **guião**.

O reconhecimento do problema dos abusos sexuais de crianças na Igreja Católica portuguesa é descrito como muito recente. Emerge uma posição de «fora para dentro», diante de casos e escândalos sucedidos de grande dimensão pública, e ainda hierarquicamente vivida de «**cima para baixo**», atribuindo-se ao Papa Francisco o movimento mais profundo deste processo de confronto com a realidade.

Embora se registassem graus de desconhecimento diferente no interior do grupo de bispos e na comparação entre bispos e superiores e superiores gerais, ao tempo das entrevistas a questão é ainda aparentemente negada pela maioria enquanto algo de que possam ter tido vivência direta, quer durante a sua formação quer já no âmbito das respetivas atividades pastorais.

Alguns — muito poucos — já introduzem na sua narrativa o evoluir recente da própria representação da infância, da sua vulnerabilidade e dos seus direitos, bem como de formas anteriores de lidar com os acontecimentos, em que uma atitude clericalista denegava ou projetava defensivamente a ocorrência da situação, resultando numa total paralisia real de reconhecer e responder adequadamente ao problema. Acresce a referência a práticas de menorização da importância ou da ocultação desses abusos sexuais, ou ao expediente de «mudança de paróquia» da pessoa abusadora, explicitamente reconhecidas por alguns dos entrevistados, tanto bispos como superiores e superiores gerais.

No que respeita à **dimensão formativa** da elite masculina, consolidada nas suas etapas iniciais durante o período da ditadura, podemos constatar, em primeiro lugar, a importância decisiva que a formação adquiriu na construção de notáveis percursos individuais de **mobilidade social ascendente**, face às famílias de origem. Para além dos fatores espirituais na origem da decisão, «*ir para padre*» implicou «*ir estudar*» e obter um diploma de ensino superior, facto muito raro entre os filhos das classes desfavorecidas da época (de onde a maioria provém). Depois, e focando-nos agora nas experiências subjetivas que estão por detrás de tais «**trajetórias improváveis**», das entrevistas masculinas parece deduzir-se uma enorme contenção de vivências emocionais e afetivas próximas (físicas e psíquicas) a partir da entrada em formação no seminário, bem como a incapacidade de abordar o tema e a vivência da sexualidade em geral (a própria e a dos outros) ou o reconhecimento de que cada padre, bispo, religioso ou religiosa é, antes de o ser, uma pessoa, homem ou mulher, marcado pelas suas próprias vivências, a visão do outro e de um mundo em abrupta mudança. Mundo este

tão distante daquele que conheceram durante a própria infância, vivida em famílias ditas hoje «tradicionais», orientadas por princípios morais vigorosos, inseridas em pequenas comunidades rurais, onde os valores religiosos do catolicismo eram sólidos e praticados nos gestos e ritmos, privados e coletivos, do dia a dia.

32. As pesquisas nos arquivos diocesanos e dos institutos religiosos permitiram identificar novos indícios de casos de abusos sexuais de crianças, envolvendo vítimas e abusadores (eclesiásticos e leigos ao serviço da Igreja Católica). Destes casos, alguns foram identificados pelas próprias dioceses e institutos religiosos e outros pelo GIH. Relativamente aos abusadores referenciados nos testemunhos recolhidos pela Comissão Independente, o GIH não encontrou qualquer vestígio documental na maioria dos casos de abusadores reportados à Comissão. Isso não deve causar estranheza, uma vez que uma parte significativa das vítimas ouvidas pela Comissão afirma que não reportou os abusos nem quando ocorreram, nem posteriormente.

Dos casos de abuso sexual identificados nos arquivos, alguns deram origem a investigações prévias e a processos administrativos penais. As punições aplicadas foram diversas: envio para retiros espirituais, destituição de funções, transferência de paróquia, permanência na mesma sob vigilância, redução ao estado laical. Apenas numa minoria houve julgamento nos tribunais civis.

O aumento exponencial de casos documentados a partir de 2010 prende-se com a implementação das Diretrizes para a Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis, que obrigaram as dioceses e os institutos religiosos a seguir determinados procedimentos perante a existência de denúncias. A gestão informal, predominantemente oral, que se verificou em numerosos casos do século XX (o bispo ou o superior fazia uma admoestação e vigilância ao abusador) torna-se cada vez mais insustentável em face da pressão social e da crescente mediatização dos abusos sexuais na Igreja Católica. As mudanças sociais na perceção da violência sexual, a projeção mediática das comissões de investigação aos abusos sexuais na Igreja Católica noutros países e a «libertação da palavra» em movimentos como o #metoo criaram uma maior abertura para as vítimas denunciarem os abusos sexuais, inclusivamente os ocorridos há décadas.

Parte das denúncias feitas depois de 2010 reporta-se a abusos sofridos em décadas anteriores. Até 2010, havia normas processuais pelas quais se regiam os bispos e os superiores dos institutos religiosos, mas o certo é que a documentação atesta que havia grande margem de autonomia na gestão dos casos. O GIH encontrou referência a abusos que eram do conhecimento da autoridade diocesana sem que tivesse sido possível encontrar documentação relativa a eventuais investigações internas. A partir da década de 2010, há uma sistematização e uniformização dos procedimentos perante denúncias: investigação prévia, comunicação à Congregação para a Doutrina da Fé, abertura de processo administrativo penal. Todavia, nem mesmo esta sistematização elimina a diversidade existente ao nível da implementação das diretrizes da Santa Sé e também no que diz respeito ao funcionamento das Comissões de Proteção de Menores e Pessoas Vulneráveis — as que privilegiam a investigação e as que se focam no apoio às vítimas e na prevenção, o que, naturalmente, tem efeitos distintos em quem as procura.

Nas investigações prévias dos anos 1950, 1960 e 1970, os abusos sexuais de crianças e adolescentes tendem a ser enquadrados no regime da moralidade e dos bons costumes. A motivação primeira das hierarquias é frequentemente a proteção da boa imagem da Igreja,

enveredando pelo encobrimento público (e eventualmente admoestação interna) e, em casos considerados mais graves, como o «desfloramento», forçando acordos para o pagamento de indemnizações. Domina um entendimento da Igreja Católica como entidade lesada pela divulgação dos casos, o que conduz à hostilização de quem não aceita o silêncio. O sofrimento da vítima não está no centro das medidas adotadas. Nas investigações dos últimos anos parece haver uma inversão. A pesquisa já não indicia o encobrimento, embora a atenção à vítima dependa muito de cada contexto eclesial e das respetivas Comissões de Proteção de Menores e Pessoas Vulneráveis.

Para terminar, uma advertência. Também os dados apurados nos arquivos eclesiais relativamente à incidência dos abusos sexuais devem ser entendidos como a «ponta do *iceberg*»: ficou cabalmente demonstrado que um número indeterminado de vítimas não reportou os abusos à Igreja Católica; muitas das queixas terão sido tratadas informalmente, não deixando qualquer rasto documental; com algum grau de probabilidade, a eventual prática de expurgos dos arquivos sem respeitar as normas impostas pela legislação canónica terá sido praticada (convicção partilhada com muitos clérigos contactados). Acresce a ambiguidade que caracteriza uma parte significativa da correspondência eclesial do século XX. É frequente o problema dos abusos sexuais não ser referido explicitamente. A documentação regista transferências internas ou mesmo de país sem explicitar a razão, ou simplesmente referindo de maneira vaga a necessidade de evitar escândalo público. O investigador vai diligentemente atrás desses indícios, sem sucesso. Muitas vezes, não encontra nada, noutras as formulações são tão ambíguas que podem referir-se a casos de outra natureza seja desvio de dinheiro, seja homossexualidade ou envolvimento com mulheres adultas e casadas. Perante este silêncio dos arquivos, estamos ante um nó górdio. E a nossa quantificação e análise fica irremediavelmente condicionada.

33. Este Relatório termina com um conjunto de Notas Finais e Recomendações.

Quanto a **notas finais**, vale a pena referir algumas.

Tema delicado, pouco estudado em Portugal, os abusos sexuais de crianças na Igreja tomaram uma visibilidade inédita com o Estudo. Havendo vias de comunicação abertas, seguras, independentes para «falar disso», aparecem testemunhos consistentes que são passíveis de tratamento científico.

Os abusos sexuais de crianças na Igreja Católica portuguesa existiram no passado e existem ainda no presente. **Portugal não é um caso à parte** face a outros países. As 512 vítimas diretas põem-nos no encaixe de, pelo menos, outras 4300 e, se pensarmos que os abusos aconteciam, na esmagadora maioria dos casos, muito mais do que uma vez sobre a mesma criança, levam-nos a muitos milhares de abusos praticados. Encontrámos, no tempo e no espaço, uma notável diversidade de contextos em que aqueles aconteceram. A Comissão captou a ponta de vários *icebergs* respeitantes a vertentes deste fenómeno, vividos em certos tempos históricos e lugares institucionais.

Todas as modalidades de abuso descritas na atual Lei Penal foram encontradas na amostra, desde as menos invasivas às mais invasivas, embora estas acabassem por ser, relativamente a outras, predominantes. As modalidades do abuso **não se distribuem estatisticamente ao acaso**: dependem do tempo em que ocorreram, de lugares/espacos,

de perfis de vítimas e de suas famílias, de perfis de pessoas abusadoras, no caso esmagadoramente padres, e pertencentes a franjas etárias distintas. Num tratamento estatístico mais sofisticado, propusemos uma cartografia dos abusos.

Algumas daquelas pessoas abusadoras referenciadas ainda permanecem em atividade eclesial.

Em alguns contextos, os abusos tiveram carácter sistémico, isto é, ancoravam-se na estrutura de funcionamento de certas instituições da própria Igreja. Uma atitude clericalista, a ignorância ou a desvalorização dos direitos da criança, o fechamento aos olhares de fora, tudo ditou a perpetuação dos abusos e reforçou o silenciamento das vítimas. O carácter sistémico dos abusos não pode, porém, generalizar-se a toda a Igreja, pois diz respeito a uma minoria percentual da totalidade dos seus membros. **Sistémica foi a ocultação** desde logo ditada pelos próprios, bem como dos superiormente colocados na hierarquia que deles tiveram conhecimento.

O trabalho dos **meios de comunicação social** para a divulgação do apelo a «dar voz ao silêncio», bem como algum jornalismo de investigação revelaram-se fundamentais para a adesão de pessoas vítimas ao Estudo. A visibilidade mediática crescente que o tema foi adquirindo ao longo dos meses contribuiu também, de certa maneira, para a correspondente tomada de consciência por parte de muitos bispos e outros membros da Igreja que, no início dos trabalhos da Comissão, pareciam mostrar-se ainda alheados e distantes do problema.

34. Destacam-se, finalmente, algumas **sugestões e recomendações** sentidas como mais importantes pela Comissão, e que se agrupam em diferentes temas destinados à Igreja Católica e à sociedade em geral. A Comissão faz recomendações gerais, recomendações específicas à Igreja Católica portuguesa e, também, à sociedade como um todo.

IGREJA:

- Proposta de uma nova Comissão para continuidade do estudo e acompanhamento do tema (multidisciplinar, membros internos e externos à Igreja).
- Reconhecimento, pela Igreja, da existência e extensão do problema e compromisso na sua adequada prevenção futura.
- Cumprimento do conceito de «tolerância zero» proposto pelo Papa Francisco.
- Dever moral de denúncia, por parte da Igreja, e colaboração com o Ministério Público em casos de alegados crimes de abuso sexual.
- Pedido efetivo de perdão sobre as situações que aconteceram no passado e sua materialização.
- Formação e supervisão continuada e externa de membros da Igreja, nomeadamente na área da sexualidade (sua e das crianças e adolescentes).
- Cessação de espaços físicos fechados, individuais, enquanto locais de encontro e prática religiosa.
- Medidas preventivas eficazes, incluindo «manuais de boas práticas» e «locais de apoio ao testemunho e acompanhamento das vítimas e familiares».
- Apoio psicológico continuado às vítimas do passado, atuais e futuras (responsabilidade da Igreja e articulação com o Serviço Nacional de Saúde).

SOCIEDADE CIVIL:

- Necessidade da realização de um estudo nacional sobre abusos sexuais de crianças nos seus vários espaços de socialização.
- Reconhecimento inequívoco dos Direitos da Criança.
- Empoderamento das crianças e famílias sobre o tema: o papel da Escola.
- Aumento da idade da vítima para efeitos de prescrição de crimes.
- Celeridade da avaliação e resposta do sistema de justiça.
- Reforço do papel da comunicação social na investigação e tratamento do tema.
- Aumento da literacia emocional sobre as verdadeiras necessidades do desenvolvimento infantojuvenil, sobretudo no campo afetivo e sexual.